



PARECER JURÍDICO DPCT-SD N.º 118/2020

Belo Horizonte, 27 de maio de 2020

Processo n.º: 01.114.714/19-10

Referência: Solicitação de aditivo de prazo n.º 2

Contrato: DJ 001/2020

Contratada: Engesolo Engenharia Ltda.

Objeto: serviço técnico especializado para elaboração de Estudos, Anteprojetos e Projeto Básico de Engenharia das soluções propostas para as obras de mitigação das inundações recorrentes dos Córregos Vilarinho, Nado e Ribeirão Isidoro para a Etapa 1 – TR 10 anos

I – RELATÓRIO

1. Foi encaminhada a este Departamento de Contratações a Solicitação de Aditivo de Prazo, sem data, subscrita pelo fiscal do contrato, gerentes setoriais, pelo gestor do contrato e aprovada pelo Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital e pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, para prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato DJ 001/2020 por mais 60 (sessenta) dias, justificada conforme Ofício DPPG-SD/DJUR-SD n.º. 017/2020, que assim dispõe:

[...] Os meses de janeiro e fevereiro de 2020 foram marcados por chuvas intensas, coincidindo com o período programado para desenvolvimento dos trabalhos de campo, previstos, inclusive, dentro das áreas de mancha de inundação dos córregos Nado e Vilarinho. Com isso, o prazo de execução inicialmente previsto para implementação do "Planos de Sondagens e Ensaios de Prospecção" foi comprometido, impactando assim na fase de elaboração dos projetos básicos.

Em se tratando ainda da implementação dos "Planos de Sondagens e Ensaios de Prospecção", tem-se a citar que uma parte dos ensaios geotécnicos, previstos em áreas de propriedade particular, apresentaram atrasos na obtenção de autorização de acesso por parte dos proprietários e/ou locatários, impactando também na fase de elaboração dos projetos básicos.

[...]

Declaramos que, na presente data, a contratada encontra-se com situação ativa no SUCAF, com número de inscrição 520 válida até 10/02/2021.

Sobre a comprovação da qualidade da atuação da contratada, no aspecto técnico, declaramos que os serviços prestados até o presente momento são satisfatórios, com produtos desenvolvidos e recebidos conforme definido no Projeto Básico da Contratação.

Quanto ao aspecto administrativo, declaramos que a FISCALIZAÇÃO tem acompanhado junto à contratada a documentação necessária e a



adequação no que tem sido necessário. Até o presente momento a contratada encontra-se em conformidade [...] (grifos apostos)

2. Além de tais justificativas, no referido ofício, os técnicos da Diretoria de Projetos endossaram os motivos elencados pela contratada, Engesolo Engenharia Ltda. No Ofício CT-CPR-PR001/20-051/2020, que além das razões relativas as chuvas que atrasaram a execução do objeto contratado, há atraso em virtude da readaptação laboral das equipes envolvidas no trabalho em virtude da pandemia do COVID-19.

3. No que interessa, o expediente foi instruído com os seguintes documentos juntados às fls. 584/605 do processo nº. 01.114.714/19-10: (i) Ofício DPPG-SD/DJUR-SD nº. 017/2020, datado de 08 de maio de 2020, assinado pelo fiscal do contrato, Eng. Ítalo Gustavo Martins Ribeiro Dutra, pela Gerente do Departamento de Projetos de Grande Porte, Eng^a. Viviane Ribeiro Silva Marcelo, bem como pelo Diretor de Projetos, Eng. Renato Pires de Oliveira; (ii) Ofício CT-CPR-PR001/20-051/2020 encaminhado pela contratada; (iii) Cronograma físico-financeiro elaborado pela contratada e aprovado pelo fiscal; (iv) ART de fiscalização e do coordenador do empreendimento; (v) Informações Cadastrais do contrato; (vi) SUCAF;

4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. Preliminarmente, ressaltamos que é competência deste Departamento prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não nos cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade do ato que se pretende praticar, reservados a esfera discricionária do gestor público competente.

6. Igualmente, não serão analisados aspectos de natureza técnica, administrativa e/ou orçamentária, além de planilhas, relatórios, cronogramas físico-financeiros, documentos e demais declarações relacionadas a áreas técnicas específicas, sob competência e responsabilidade das autoridades signatárias.

7. Destacamos, portanto, que a presente manifestação cinge-se à análise jurídica quanto à **possibilidade de prorrogação da vigência do contrato em referência**, tendo por pressuposto os motivos suscitados pela autoridade solicitante. Nesse escopo, consideraremos tão somente os documentos que instruem o feito e que são referenciados no corpo deste parecer, cujas autenticidades de teor são presumidas em virtude de seu encaminhamento pelos órgãos competentes. O processo de contratação direta e cada ato que o compõe não serão analisados, porquanto presumida sua análise jurídica quando da



elaboração desses atos, notadamente diante do parecer expedido pelo Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte juntado às fls. 541/551 do processo nº. 01.114.714/19-10.

8. Registradas essas considerações, passemos à análise da solicitação.

9. A Lei Federal n.º 8.666, de 1993, ao fixar as normas para licitações e contratos da Administração Pública, fixou expressamente a possibilidade de prorrogação dos prazos de início de etapas de execução, conclusão e de entrega de obras, desde que a situação concreta (1) se emoldure nas **hipóteses legais autorizantes**, (2) mediante **justificativa e autorização prévias** pela autoridade competente, nos termos do art. 57, §1º e § 2º:

Art. 57. [...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

10. Também no que toca à legalidade dessa prorrogação, deve ser observado o que dispõe a Súmula 67 da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte, no sentido de que deve haver (3) **estipulação prévia quanto à possibilidade de prorrogação**; (4) **comprovação da qualidade da atuação da contratada**; (5) **indicação da existência de dotação orçamentária**; e (6) informações que comprovem a **manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada**, senão vejamos:

A eventual prorrogação de prazo em contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, desde que prevista no edital e no contrato, poderá ocorrer,

por meio da celebração de termo aditivo, após ato da autoridade competente, nos termos dessa súmula.

O ato da autoridade competente que justifica a intenção de prorrogar deverá conter, no mínimo, os motivos que justifiquem a necessidade da prorrogação, a demonstração da conveniência e oportunidade da prorrogação, a comprovação da qualidade da atuação da contratada, a indicação da existência de dotação orçamentária, bem como informações que comprovem a manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada. [...]

11. Ainda sobre o aditamento de prazo dos contratos administrativos, cumpre transcrever o seguinte posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exarado no Processo Administrativo n. 682.700, Rel. Conselheiro Antônio Carlos Andrada, Sessão do dia 23/10/2007:

[...] somente em situações excepcionais e ocorrendo uma das hipóteses elencadas no § 1º do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/93, os contratos celebrados com a Administração Pública poderão ter seus prazos alterados. Diz, ainda o referido dispositivo "que o motivo deve ser devidamente autuado em processo". Já o § 2º do mesmo artigo diz que "toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. Trata-se, pois, de formalidades imprescindíveis e obrigatórias para o aditamento contratual, não podendo a Administração pública se abster de praticá-las, quando da aditativa dos contratos [...].

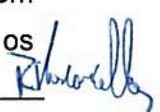
12. Cumpre, pois, verificar se restaram atendidos os requisitos elencados pela legislação para que se proceda à alteração pretendida.

II.1 Do enquadramento da situação nas hipóteses legais

13. Observamos que, no caso em análise, as justificativas apresentadas pelo órgão técnico compatibilizam-se com a hipótese prevista no art. 57, §1º, II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, referindo-se à prorrogação dos prazos de execução do contrato como ação necessária em virtude dos seguintes motivos, basicamente:

- (a) intensas chuvas no período programado para o desenvolvimento dos trabalhos de campo;
- (b) atraso na autorização de acesso nas propriedades privadas onde parte dos ensaios geotécnicos deveria ocorrer; e
- (c) readequação laboral em virtude da pandemia do COVID-19.

14. Não resta dúvidas de que o volume histórico das chuvas que ocorreram no município no período referenciado, bem como a pandemia vivenciada por todos constituem fatos supervenientes e notórios, alheios à vontade das partes. Além disso, é certo que os





atrasos nas autorizações dos particulares, tal como alegado pela área técnica, gerou atraso na execução do objeto.

15. Adverte-se apenas que, embora seja indubitável a ocorrência das chuvas em janeiro e fevereiro, no presente caso específico, afigura-se conveniente algumas ponderações. É que, conforme se extrai da análise do processo administrativo nº. 01.114.714/19-10, a inexigibilidade foi declarada no dia 3 de **janeiro** de 2020 (fls. 553), o contrato foi firmado no dia 09 de **janeiro** de 2020 (fls. 555/561) e a ordem de serviço foi dada no dia 14 de **janeiro** de 2020 (fls. 564).

16. Ora, se não era possível executar os serviços preliminares ou se era (muito) provável o atraso na execução, talvez fosse conveniente repensar o início das atividades ou o cronograma físico-financeiro que integrou o ajuste firmado entre as partes, como forma, inclusive, de minimizar eventuais gastos desnecessários, tal como pode ser o caso de mobilização e desmobilização mencionados pela contratada no Ofício CT-CPR-PR001/20-051-2020.

17. De todo modo, deve-se deixar claro que, que em virtude da teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos para todos os efeitos jurídicos, de sorte que a legalidade da prorrogação do prazo contratual está necessariamente vinculada à existência dos fatos descritos pela autoridade competente.

II.2 Justificativa e autorização prévias pela autoridade competente para celebrar o contrato

18. Os motivos que justificam a necessidade da prorrogação e a concordância da autoridade competente para celebrar o contrato constam do Ofício DPPG-SD/DJUR-SD nº. 017/2020, cuja transcrição é feita no relatório deste parecer. Já a autorização consta do formulário Solicitação de Aditivo de Prazo n.º 2.

19. Quanto ao mérito das justificativas apresentadas, vale registrar que não nos cabe imiscuir no juízo quanto à oportunidade e conveniência da alteração contratual que se pretende realizar. Essa avaliação é de responsabilidade dos órgãos proponentes, competindo-nos verificar se foram observados os limites genéricos estipulados na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.

II.3 Da estipulação prévia quanto à possibilidade de prorrogação



20. A cláusula quinta do instrumento contratual limita o prazo de vigência a 210 (duzentos e dez) dias contados da data de sua assinatura e vincula a execução dos serviços ao prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da ordem de serviço, que se deu no dia 11/05/2020.

21. No entanto, a cláusula sétima informa que em caso de prorrogação de prazo, caberá à contratada providenciar a juntada da documentação respectiva:

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada::

[...]

7.22 juntar, em caso de pedido de aditivo de prazo, valor ou alteração de planilha, além da justificativa, do cronograma físico-financeiro e da planilha contratual, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do projeto, da planilha contratual, do cronograma físico financeiro e de outras peças técnicas relativas às alterações solicitadas.

22. É importante mencionar ainda que, de acordo com Marçal Justen Filho¹, “inexiste margem de discricionariedade para a Administração negar a prorrogação, nos casos previstos no art. 57, §1º. Trata-se de atividade vinculada, cujos pressupostos estão arrolados no texto legal”. Nessa esteira, uma vez enquadrada a presente situação à hipótese legal, não resta outra opção à Administração Pública que não a de prorrogar o presente ajuste contratual.

II.4 Da comprovação da qualidade da atuação da contratada

23. Consta do Ofício DPPG-SD/DJUR-SD nº. 017/2020 que a empresa contratada vem cumprindo a contento a prestação dos serviços ora contratados, não registrando ocorrências que justificassem o encerramento do contrato.

II.5 Da indicação da existência de dotação orçamentária

24. Tratando-se de aditamento de mera prorrogação do prazo de vigência, sem implicação sobre o valor do contrato, não haverá dispêndio financeiro de modo a justificar nova dotação orçamentária que lhe faça frente.

II.6 Da manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada

25. Com relação à comprovação da manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada, foi acostado ao expediente relatório do SUCAF comprovando

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17ª ed. ver., atual, e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 1124.



609
Jair

situação ativa, o que foi verificado por este advogado autárquico no sítio eletrônico <http://sucaf.pbh.gov.br/sifor.php> neste data.

26. De todo modo, adverte-se que é dever dos gestores acompanhar a manutenção dessas condições durante toda a vigência do contrato.

III – CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, considerando que a instrução do expediente foi encaminhada pelas autoridades competentes, as quais justificam a necessidade de prorrogação dos prazos contratuais na realização do interesse público, conclui-se pela possibilidade jurídica de celebração do termo aditivo pretendido.

28. Adverte-se, por oportuno, que as contratações públicas devem sempre ser precedidas de planejamento minucioso, a fim de não gerar gastos desnecessários para administração pública, na esteira do quanto analisado no “II.1”.

29. Não é demais lembrar que este parecer não adentra em questões relacionadas a áreas técnicas específicas, em especial a declarações, planilhas e cálculos apresentados, bem como à condução da execução do objeto do contrato, uma vez que extrapolam a competência deste parecerista. Igualmente, reitera-se que o processo de contratação e cada ato que o compõe não foram analisados, porquanto presumida sua análise jurídica quando da elaboração dos atos.

30. É o parecer.

Talles Oliveira Dantas Pinto
Advogado Público – DPCT
Por delegação – Portaria PGM nº.

027/2019

OAB/MG 166.237

Renato Chagas Ribeiro de Vasconcellos
Gerente de Controle de Contratações – DPCT
Por delegação – Portaria PGM nº.

027/2019

OAB/MG 96.765

Ana Paula Prado Garcia

Chefe do Departamento de Contratações da SUDECAP – DPCT

OAB/MG 157.693

Aprovo:

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel

Diretor Jurídico – DJ-SD

Por delegação – Portaria PGM nº. 027/2019 OAB/MG 102.711

